EVEX
Evidência Express

MAR | 2026

Incentivos fiscais da SUDENE: análise de indicadores de monitoramento e avaliação

Tabela de indicadores

ENAP

Expediente

Presidente
Betânia Peixoto Lemos

Diretora-Executiva
Danyelle Siqueira Campos Gil Lemos Barreto

Diretor de Altos Estudos
Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Educação Executiva
Iara Cristina da Silva Alves

Diretor de Desenvolvimento Profissional
Bruna Danielly da Paz Tenório

Diretora de Inovação
Camila de Castro Barbosa Medeiros

Diretor de Gestão Interna
Lincoln Moreira Jorge Junior

Coordenadora-Geral de Avaliação e Organização de Evidências
Tamille Sales Dias

Capa e Diagramação
Equipe EvEx

Autoria
Luiz Eduardo Garcia da Silva
Thelma Maria Melo Pinheiro

Revisão
Fernanda Borges Serpa

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Para mais informações, consulte nossa página www.enap.gov.br/pt/servicos/avaliacao-eorganizacao-de-evidencias)
ou entre em contato:
evidencia.express@enap.gov.br

O Evidência Express (EvEx) é uma iniciativa da Diretoria de Altos Estudos da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) em parceria com a Universidade de Brasília (UnB). A missão do EvEx é gerar evidências para informar a tomada de decisão no setor público.

Para isso, a equipe sintetiza, produz e analisa dados que possam servir de base para o desenho, a implementação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas.

Os relatórios produzidos pelo EvEx agilizam a geração de conhecimento voltado para desafios públicos, seguindo três premissas fundamentais: engajamento com pessoas gestoras públicas, tempestividade e tradução do conhecimento. Os produtos EvEx podem subsidiar análises ex ante, avaliações ex post ou Análises de Impacto Regulatório, além de beneficiar gestoras públicas subnacionais, pesquisadoras, docentes, servidoras e demais interessadas da sociedade civil.

Os produtos EvEx podem analisar dados qualitativos e quantitativos, sobre:
- Evolução do problema no Brasil e no mundo;
- Público-alvo de uma política;
- Causas e consequências do problema ou política;
- Soluções existentes para o problema;
- Impactos de intervenções ou políticas públicas.

Projeto financiado pela parceria Enap e Secretaria de Monitoramento e Avaliação do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), no âmbito das avaliações do ciclo 2025 do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Governo Federal (CMAP)

Forma sugerida para referenciar este documento: SILVA, L.E.; PINHEIRO, T. Incentivos Fiscais da SUDENE: análise de indicadores de monitoramento e avaliação. In: ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Relatório de pesquisa, Evidência Express. Brasília: Enap, 2026. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6939. Acesso em: dd mmm. aaaa.

Sumário

1 Introdução 5

2 Importância dos Indicadores 7

3 Definição de Indicadores do Modelo Lógico 9

4 Viabilidade do cálculo dos indicadores propostos no modelo lógico 14

4.1 Alterações sugeridas aos indicadores 15

5 Considerações Finais 19

Referências Bibliográficas 21

Apêndice 1 23

Apêndice II 26

Sumário Executivo

Introdução: Os Incentivos Fiscais da SUDENE compõem um conjunto de instrumentos de políticas ligada ao desenvolvimento regional com fins de mitigar as desigualdades socioeconômicas e produtivas do Nordeste, norte de Minas Gerais e parte do Espírito Santo com as regiões mais desenvolvidas do país. Os incentivos têm como principal mecanismo a redução de 75% do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) sobre o lucro da exploração, condicionada à aprovação de projetos produtivos localizados na área de atuação da autarquia. Inserido no ciclo de avaliação do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP) no ciclo de 2025-2026, o estudo tem como objetivo subsidiar as discussões sobre a viabilidade do monitoramento dos indicadores propostos na avaliação. Em conjunto, o processo avaliativo resultou na elaboração de uma lista de 23 indicadores a partir de oficinas colaborativas entre diferentes equipes técnicas de avaliação. Os indicadores estão organizados por diferentes componentes do modelo lógico, sendo eles: indicadores de impactos, resultados (finais e intermediários), produtos e atividades.

Métodos: Para avaliar a viabilidade desses indicadores, propõe-se a aplicação de uma ficha padronizada para sua catalogação, tomando por base um conjunto de requisitos e propriedades referenciados por Bahia (2021). A ficha catalográfica organizou os indicadores com base no nome, dimensão, definição, fórmula de cálculo, fontes de dados, periodicidade, polaridade, interpretação e acesso aos dados. Além disso, outras informações foram coletadas de dicionários de dados e metadados disponíveis em bases públicas de temas associados à política pública. Também foram incorporadas sugestões de ajustes conceituais, inclusão de fontes públicas de dados e alteração de indicadores.

Resultados: Dos 23 indicadores inicialmente propostos, houve a recomendação de exclusão de dois indicadores. As sugestões de ajuste dos indicadores foram associadas a mudança de nomenclatura ou de especificação temporal ou local para facilitar a interpretação das análises e do monitoramento e avaliação da política pública. Os indicadores foram excluídos por similaridade a outros propostos em outras dimensões do modelo lógico.

Conclusão: A sistematização dos indicadores sugeridos nas oficinas preparatórias permitiu organizá-los de forma a contribuir para o monitoramento da política de Incentivos Fiscais da SUDENE. Para além da análise, o processo de sistematização também apresentou alguns desafios relevantes no que concerne seu acesso e mensuração. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de manutenção da articulação institucional para viabilização do acesso às bases. Por outro lado, esses esforços representaram avanços na viabilização da análise dos efeitos da política pública a ser empreendida e de novas ações vindouras.

1. Introdução

As desigualdades econômicas e sociais entre as diferentes regiões constituem um traço expressivo do território brasileiro, sendo resultado da combinação de fatores políticos e econômicos. Tais disparidades contribuem para a concentração das atividades produtivas no eixo centro-sul do país. De acordo com o IBGE, no ano de 2020, o Produto Interno Produto (PIB) per capita nordestino foi o mais baixo entre todas as regiões brasileiras, representando menos da metade do observado nas regiões Sul e Sudeste, corroborando o aspecto da distribuição desigual das atividades econômicos do Brasil (CARNEIRO et al., 2024).

Dentre o rol de políticas públicas promovidas com o intuito de mitigar a desigualdade econômica regional, observa-se a concessão de benefícios e incentivos fiscais voltados para empreendimentos que buscam se instalar na Região Nordeste. Cabe a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) o papel de atração de recursos e investimentos para a região promovendo ações que geram empregos e incremento de renda para a população local.

Estudos indicam que políticas de incentivo fiscal podem, de fato, ampliar o número de empregos, contribuindo para o incremento da renda daquelas localidades (CARNEIRO et al., 2024). Porém, os efeitos dessas políticas podem ser menores do que os pretendidos a depender da característica dos empreendimentos que são beneficiados (porte, idade, setor de atuação, capacidade de obtenção de crédito) (DECRAMER; VANORMELINGEN, 2016; HARGER; ROSS, 2016; LIU; MAO, 2019).

No Brasil (CARNEIRO et al., 2024), apontam que os efeitos positivos também podem ser observados para as empresas beneficiadas, ponderando que os impactos sobre outros indicadores nem sempre refletem o mesmo grau de melhoria. Em algumas variáveis, como a renda, o efeito das políticas de incentivo pode acarretar variação negativa (OLIVEIRA; NETO, 2020). Outras características da política de incentivo fiscal podem, contudo, operar no sentido positivo e indicar aumento da massa salarial como apontam (GONçALVES; ALMEIDA; BARBOSA, 2017).

Os Incentivos Fiscais da SUDENE fazem parte do conjunto de instrumentos da política federal de desenvolvimento regional voltados a reduzir as disparidades socioeconômicas e produtivas existentes entre o Nordeste, o norte de Minas Gerais e parte do Espírito Santo e as regiões mais desenvolvidas do país. Criados inicialmente pela Lei nº 4.239/1963 e posteriormente atualizados por diferentes dispositivos legais, com destaque para a Lei nº 13.799/2019, esses incentivos têm como principal mecanismo a redução de 75% do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração, condicionada à aprovação de projetos produtivos situados na área de atuação da autarquia (Brasil, 1963; Brasil, 2019).

O principal instrumento dessa política consiste na redução do IRPJ incidente sobre o lucro da exploração, concedida por um período determinado após a aprovação do projeto pela SUDENE. O desenho institucional da política estabelece um fluxo de implementação que inclui: (i) a submissão do projeto pelo proponente; (ii) a análise técnica realizada pela SUDENE; (iii) a deliberação sobre o enquadramento do projeto no regime de incentivos; e (iv) a fruição do benefício tributário conforme as normas estabelecidas (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, 2018).

Embora o benefício concedido tenha natureza tributária, o arranjo institucional da política atribui à SUDENE um papel central na avaliação prévia dos projetos apresentados. Isso reforça a relevância de que os critérios técnicos adotados estejam alinhados com os objetivos mais amplos de promoção do desenvolvimento regional (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, 2018).

Os Incentivos Fiscais da SUDENE estão sendo avaliados no âmbito do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), formado por representantes do Ministério do Planejamento e Orçamento, Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Fazenda, Ministério da Gestão e da Inovação em serviços públicos e da Controladoria-Geral da União. A avaliação contempla análises do problema motivador da política avaliada, do seu desenho e implementação, dos resultados e impactos esperados e alcançados, assim como estruturas de governança, despesas orçamentárias ou subsídios decorrentes e recomendações para aprimoramento da política. Na etapa de análise do desenho da política, é elaborado um modelo lógico com o intuito de revisitar a lógica de ação pública no alcance dos resultados esperados, elencando um conjunto de indicadores para o acompanhamento das diferentes dimensões dessa atuação.

O presente trabalho, conduzido pela equipe do Evidência Express, tem como objetivo revisar os indicadores elaborados em oficinas colaborativas entre a equipe avaliadora e a equipe gestora da política, complementando as informações sobre a viabilidade de cálculo e comentando atributos e definições de cada métrica. Para isso, serão recuperados referenciais teóricos relevantes e apresentada uma tabela-síntese com as informações necessárias ao monitoramento dos indicadores propostos no modelo lógico.

O Evidência Express é um serviço de resposta rápida em evidências, disponível para órgãos públicos interessados em reunir informações que subsidiem processos de formulação e avaliação de políticas públicas. O presente produto é resultado de um exercício, de natureza rápida, para complementação da atividade desempenhada pelo grupo avaliador da política.

2. Importância dos Indicadores

Os principais referenciais teóricos utilizados no trabalho, ligados as atividades de monitoramento e avaliação de políticas públicas, foram (JANNUZZI, 2012; BAHIA, 2021), e os Guias Práticos de Análise Ex Ante e Análise Ex Post da Casa Civil (Brasil, 2018; Brasil. Presidência da República et al., 2018). Os textos apontam para a importância do esforço contínuo e sistemático de atividades de monitoramento de uma política pública, sendo essencial compreender as especificidades do monitoramento e da avaliação, bem como o papel desempenhado pelos indicadores em cada uma dessas funções.

O monitoramento se caracteriza por um exame contínuo dos processos, produtos, resultados e impactos das ações realizadas. Trata-se de um processo padronizado, realizado pelo próprio órgão executor e baseado na coleta rotineira de dados para verificar se os resultados estão sendo alcançados conforme o planejado e tomar decisões corretivas (Brasil. Presidência da República et al., 2018).

A avaliação, por sua vez, é uma atividade de reflexão crítica e objetiva, idealmente sistemática, integrada e institucionalizada nos processos de políticas públicas, que busca identificar oportunidades de aprimoramento da política pública, com vistas ao melhoramento de processos, resultados e da gestão, considerando aspectos como a forma como a política está sendo implementada, seus efeitos desejados e adversos, os principais stakeholders, resultados e impactos mensurados. Envolve atribuição de valor e mensuração da política (Brasil, 2018).

Enquanto o monitoramento fornece dados essenciais para a gestão operacional, a avaliação permite a aprendizagem estratégica e o aprimoramento das decisões políticas. Ambos os processos se complementam e, quando bem integrados, fortalecem a gestão pública. No entanto, para que indicadores apoiem adequadamente essas funções, e necessário que estejam inseridos em conjuntos coerentes e balanceados, com validade de conteúdo, representação proporcional dos aspectos relevantes da política e ausência de redundâncias ou lacunas (SCHANG; BLOTENBERG; BOYWITT, 2021). Além disso, indicadores mal formulados ou mal utilizados podem induzir comportamentos disfuncionais ou interpretações equivocadas (BIRD et al., 2005), motivo pelo qual o desenho de sistemas de monitoramento e avaliação deve considerar critérios técnicos, éticos e contextuais desde sua concepção.

Nessa linha, aprimorar a definição de um conjunto de indicadores e tarefa central para esse acompanhamento. Os indicadores são considerados instrumentos essenciais para subsidiar a formulação, implementação e avaliação das políticas, oferecendo uma base empírica para a tomada de decisão e permitindo ajustes na política conforme os resultados observados (JANNUZZI, 2012). Isso ocorre porque os indicadores representam a tradução operacional dos objetivos das políticas públicas,

permitindo acompanhar de forma sistemática o progresso em relação as metas estabelecidas no modelo lógico (Brasil. Presidência da República et al., 2018) e possibilitando que a sociedade civil e demais stakeholders acompanhem, fiscalizem e cobrem melhorias na implementação das políticas públicas, reforçando assim a confiança na gestão pública e a legitimidade democrática das ações governamentais (Brasil, 2018).

3. Definição de Indicadores do Modelo Lógico

A definição do quadro de indicadores em uma avaliação do CMAP é obtida a partir do desenho do modelo lógico, fundamentado em discussões realizadas entre as equipes avaliadoras e as equipes responsáveis pela gestão das políticas avaliadas, a fim de auxiliar a construção e análise da teoria do programa (Brasil, 2018; Brasil. Presidência da República et al., 2018). Esses indicadores são associados aos componentes do modelo logico proposto – insumos, processos, produtos, resultados e impactos. Para a análise da viabilidade de cálculo desses indicadores, são também caracterizados quanto a sua dimensão funcional dentro do componente do modelo lógico, periodicidade, fonte das informações e outras informações relevantes.

Como resultado das oficinas realizadas no contexto da avaliação dos incentivos fiscais da SUDENE, foram estruturados **23 indicadores** como fontes de informação para o acompanhamento do programa, abaixo agrupados por componente do modelo lógico. Não foram sugeridos indicadores de insumo pela natureza subsidiária da política.

Indicadores de atividades (processos) representam as ações e serviços realizados no escopo da política. Podem conter atividades diretas, ou seja, prestadas diretamente a população, e as indiretas, aquelas que envolvem a garantia e sustentabilidade do serviço. Esse componente visa descrever as ações encadeadas para a execução da política (Brasil, 2018). Foram listados **4 indicadores** de processos, vinculados a três dimensões do modelo logico construído.

Tabela 1. Indicadores de atividade (processo) propostos na oficina por componente, dimensão, periodicidade e fonte de dados

Dimensão	Indicador	Periodicidade	Fonte de Dados
Analisar tecnicamente os projetos de investimento	Número de Pleitos Analisados	Anual	Relatórios de Gestão e registros administrativos internos da SUDENE.
	Número de Vistorias Realizadas	Anual	Relatórios de Gestão e registros administrativos internos da SUDENE
Selecionar os projetos elegíveis	Percentual de Pleitos de Incentivos Analisados e Aprovado	Anual	SGIN – SUDENE.
Monitorar obrigações legalmente previstas	Número de Empresas Acompanhadas após a Concessão de Incentivos	Anual	Sistemas internos da SUDENE.

Fonte: Relatório Preliminar CMAP

Indicadores de produtos estão relacionados as entregas diretas e quantificáveis das atividades listadas no componente anterior. Cada uma das atividades deve gerar, ao menos, um produto. O modelo lógico gerado em oficina propõe **5 indicadores** de produto para a análise dos Incentivos Fiscais à SUDENE.

Tabela 2. Indicadores de produto propostos na oficina por componente, dimensão, periodicidade e fonte de dados

Dimensão	Indicador	Periodicidade	Fonte de Dados
Projetos produtivos incentivados na região Nordeste	Total de Incentivos Concedidos por modalidade	Anual	Registros administrativos da SUDENE.
	Índice de Interiorização dos Incentivos Fiscais	Anual	Registros administrativos da SUDENE.
Laudos constitutivos emitidos	Nº de laudos constitutivos emitidos	Anual	Registros administrativos da SUDENE.
Atos declaratórios publicados	Nº de Atos declaratórios publicado	Anual	Registros administrativos da RFB
Manutenção dos incentivos fiscais aprovados	Percentual de empresas com incentivos fiscais mantidos	Anual	Registros administrativos da SUDENE e da RFB

Fonte: Relatório Preliminar CMAP

Os **indicadores de resultado** representam as mudanças de curto prazo sobre indivíduos, grupos ou instituições resultantes da intervenção em análise. Por serem efeitos diretos da intervenção, devem ser observáveis, mensuráveis e pertinentes quanto à causalidade esperada (Brasil. Presidência da República et al., 2018). Além disso, os indicadores de resultado foram divididos entre indicadores de resultados finais e resultados intermediários. Durante as oficinas de elaboração, optou-se por esta segmentação dada a necessidade de (re)avaliação dos indicadores em diferentes periodicidades igualmente relativa às diferentes metas de cada indicador. A segmentação foi adotada para diferenciar efeitos de curto e médio prazo da política de incentivos das mudanças estruturais de desenvolvimento regional, que se manifestam em um prazo mais longo.

Foram identificados **4 indicadores** de resultados intermediários divididos em 3 dimensões.

Tabela 3. Indicadores de Resultados Intermediários propostos na oficina por componente, dimensão, periodicidade e fonte de dados

Dimensão	Indicador	Periodicidade	Fonte de Dados
Dinamização do mercado de trabalho regional	Número de Ocupados Formais	Anual	RAIS
	Renda Média dos ocupados Formais	Anual	RAIS
Diversificação inicial de setores produtivos na região	Distribuição Percentual dos Incentivos Fiscais por Segmento Empresarial	Anual	SUDENE / SIBF
Intensificação Tecnológica de setores produtivos na região	Distribuição Percentual dos Incentivos Fiscais por Segmento Empresarial	Anual	SUDENE / SIBF

Fonte: Relatório Preliminar CMAP

No caso dos resultados finais, foram 7 indicadores selecionados em 4 dimensões distintas.

Tabela 4. Indicadores de resultados finais propostos na oficina por componente, dimensão, periodicidade e fonte de dados

Dimensão	Indicador	Periodicidade	Fonte de Dados
Aumento da produtividade média do trabalho na região	Produtividade Média na Região	Anual	PIB dos municípios e PNADC / IBGE
	Produtividade Média por Grande Setor na Região	Anual	PIB dos municípios e PNADC / IBGE
Aumento de industrialização e da diversidade produtiva na região	Participação da indústria no VAB regional	Anual	IBGE/ Sistemas de contas Regionais
	Índice de Diversidade Produtiva	Anual	RAIS (cálculo próprio).
Elevação do investimento privado na região	Taxa de investimento industrial	Anual	Pesquisa Industrial Anual / IBGE.
Elevação dos níveis de emprego e renda na região	Renda Média dos ocupados Formais	Anual	RAIS
	Número de Ocupados Formais	Anual	RAIS

Fonte: Relatório Preliminar CMAP

Indicadores de impacto são as mudanças de maior prazo, relacionados as perspectivas futuras dos beneficiários da política. São as consequências geradas pelos resultados e, assim como os resultados, também dependem de respeito a cadeia causal proposta. Podem ser impactos individuais, sobre o beneficiário, ou coletivos, para toda comunidade. Foram sugeridos 3 indicadores de impacto.

Tabela 5. Indicadores de impacto propostos na oficina por componente, dimensão, periodicidade e fonte de dados

Dimensão	Indicador	Periodicidade	Fonte de Dados
Redução das desigualdades inter-regionais	Participação do PIB da Área de Atuação da SUDENE no PIB Nacional	Anual	IBGE/Sistemas de Contas Regionais
Crescimento e desenvolvimento econômico-social da região Nordeste	Taxa de Crescimento do PIB per capita	Anual	IBGE/Sistemas de Contas Regionais
Melhoria da qualidade de vida da população na região Nordeste	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	Anual	IBGE/PNUD

Fonte: Relatório Preliminar CMAP

4. Viabilidade do cálculo dos indicadores propostos no modelo lógico

O propósito deste trabalho e complementar o esforço empreendido na construção de modelo lógico, apoiando nas reflexões metodológicas e práticas para a implementação de sistemáticas de monitoramento e avaliação para a política. Para isso, recuperamos as reflexões de Brasil (2018), que sugere que os indicadores são instrumentos e devem ser interpretados considerando suas finalidades e limitações. Ainda segundo Brasil (2018), uma maneira de fazer isso e pela criação de uma ficha de documentação de cada indicador. Essa ficha seria composta por elementos como a descrição, fonte das informações, fórmula de cálculo e outras informações. A partir desse referencial teórico, o quadro proposto nesse produto visa reunir informações úteis a análise da viabilidade do acompanhamento dos indicadores propostos.

As informações apresentadas nas Tabelas de 1 a 5 da seção anterior foram disponibilizadas pelas equipes avaliadoras, como insumo principal para o exercício proposto. Essas informações foram transportadas para o Apêndice B, para sua complementação com novas informações descritivas. Buscou-se, em todo o seu conjunto, padronizar a estrutura dos indicadores quanto a sua nomenclatura, definição, fórmula de cálculo, fontes de dados, periodicidade e observações metodológicas. A descrição completa dos campos propostos para a ficha documental dos indicadores apresentada neste trabalho e apresentada no **Apêndice A**.

4.1 Alterações sugeridas aos indicadores

A maior parte das modificações sugeridas referem-se às alterações nos nomes de alguns dos indicadores. As alterações na nomenclatura dos indicadores foram realizadas com o intuito de dar maior assertividade e clareza para os objetivos propostos explicitados nos indicadores. As principais alterações nos nomes dos indicadores (ID, componente do modelo lógico, nome original e nome modificado) podem ser visualizadas na Tabela 6 abaixo. No apêndice II, Tabela B, estão listadas todas as modificações de nomenclatura bem como demais alterações sugeridas referentes aos indicadores analisados.

Tabela 6. Indicadores que tiveram sugeridas as modificações do nome (ID, componente do modelo lógico, indicador original e nome modificado).

ID	Componente do modelo lógico	Indicador original	Nome modificado
1	Processos	Número de pleitos analisados	Número de Pleitos de Incentivos Fiscais Analisados
2	Processos	Número de vistorias realizadas	–
3	Processos	Percentual de pleitos de incentivos aprovados	Percentual de pleitos de incentivos analisados e aprovados
4	Processos	Número de empresas acompanhadas após a concessão de incentivos	Percentual de empresas beneficiárias acompanhadas após a concessão de incentivos fiscais
9	Produtos	Percentual de empresas com incentivos fiscais mantidos	Percentual de empresas beneficiárias com incentivos fiscais mantidos
11	Resultados Intermediários	Renda Média dos ocupados Formais	**Exclusão do indicador**
12	Resultados Intermediários	Distribuição Percentual dos Incentivos Fiscais por Segmento Empresarial	Distribuição Percentual dos Incentivos Fiscais por Setor Econômico
18	Resultados	Taxa de investimento industrial	Taxa de Investimento Industrial na Área de Atuação da SUDENE
20	Resultados	Número de Ocupados Formais	**Exclusão do Indicador**
23	Impactos	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da área de atuação da SUDENE

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da Matriz de Indicadores da Avaliação CMAP.

Em linhas gerais, as recomendações concentram-se na necessidade de tornar os indicadores mais precisos quanto ao seu escopo, à forma de mensuração e às bases estatísticas utilizadas, o que

contribui para fortalecer a consistência analítica do sistema de monitoramento da política pública.

Relativo aos indicadores de **Processos**, foram apresentadas alterações que enfatizam a **necessidade de delimitação operacional dos indicadores**. Os indicadores "número de pleitos analisados" e "número de vistorias realizadas", por exemplo, receberam complementações na nomenclatura, a fim de melhor especificar os recortes de análise do indicador e definição da data de conclusão da análise técnica do pleito no sistema administrativo da SUDENE, como referência para o cálculo. Em relação ao indicador "número de vistorias realizadas", cabe esclarecer que a realização de vistorias pela SUDENE integra o processo de análise técnica dos pleitos de incentivos fiscais, sendo utilizada para verificar informações relativas aos empreendimentos solicitantes. Contudo, sua realização depende da disponibilidade operacional e de recursos para o deslocamento das equipes técnicas.

Também sofreu alteração o indicador "número de empresas acompanhadas após a concessão de incentivos". Pelo novo indicador "percentual de empresas beneficiárias acompanhadas após a concessão de incentivos fiscais" é possível acompanhar a taxa de cobertura do monitoramento da Sudene em relação ao total de empresas que recebem incentivos fiscais, tornando a comparabilidade mais adequada em uma política pública de longo prazo – o que não seria possível se fosse avaliado apenas a variação nominal no indicador.

Para o indicador de "percentual de pleitos de incentivos analisados e aprovados" sugeriu-se explicitar o cálculo considerando, exclusivamente, os pleitos com decisão final de aprovação ou indeferimento no período de referência, excluindo os processos ainda em tramitação.

No componente de **Produtos**, foram sugeridas alterações, concentradas principalmente na precisão conceitual e territorial dos indicadores. Relativo ao indicador de "índice de interiorização dos incentivos fiscais", a sugestão é especificar o conceito de "interior" e definir claramente quais municípios estão sendo avaliados. Por interiorização entende-se a expansão dos incentivos fiscais para municípios do interior da área de atuação da SUDENE. Além disso, para o cálculo do mesmo índice sugere-se que ele seja contabilizado por município e apenas uma vez, evitando que municípios com maior número de incentivos distorçam a medida de interiorização. Considerar o total de municípios da área da SUDENE como referência permite medir de forma consistente a abrangência territorial dos incentivos e possibilita a comparabilidade do indicador ao longo do tempo.

Outro indicador de produto que teve sugestão de modificação foi o indicador de "manutenção dos incentivos fiscais aprovados". Para este indicador, a sugestão é calcular o percentual de empresas que tinham mantidas as conformidades administrativas e contratuais que lhes garantissem a manutenção do incentivo - razão pela qual sugere-se a alteração também na nomenclatura do indicador para "percentual de empresas com incentivos fiscais mantidos".

Em relação aos indicadores de **Resultados** observam-se quatro alterações, voltadas sobretudo à padronização metodológica e à definição das bases estatísticas utilizadas na mensuração dos indicadores. O indicador "Distribuição Percentual dos Incentivos Fiscais por Segmento Empresarial" teve seu nome alterado para "Distribuição Percentual dos Incentivos Fiscais por Setor Econômico". A mudança de

nomenclatura, alteração de "segmento empresarial" para setor econômico foi sugerida, pelo fato de melhor adequar-se à forma como a SUDENE analisa os incentivos, distribuídos entre grandes áreas da estrutura produtiva regional, garantindo maior comparabilidade e evitando a fragmentação em segmentos empresariais muito específicos.

Destaca-se para o indicador "proporção de incentivos voltados à modernização tecnológica" a definição de critérios objetivos para classificação de projetos ou investimentos como voltados à modernização tecnológica, conforme tipologia adotada nos registros administrativos da SUDENE. Os dados abertos (SIBF) nos permitem observar o total de projetos aprovados classificados por tipo de projeto. Para esse indicador, sugere-se observar o percentual de pleitos aprovados que possuem como tipos de projetos "Modernização" e "Complementação Equipamentos"[1].

Ainda, o cálculo proposto para o "índice de diversidade produtiva" é o Índice de Herfindahl-Hirschmann (Soma do percentual da participação de determinado indicador elevado ao quadrado). O indicador nos permite observar o grau de concentração do emprego em determinados setores (classificados pela RAIS) agregados pela região concernente à SUDENE.

Ao indicador "taxa de investimento industrial" a sugestão foi a de considerar os microdados da Pesquisa Industrial Anual – PIA/IBGE. Os dados estão disponíveis apenas agrupados para o Brasil e empresas com 30 ou mais pessoas ocupadas, mas as notas metodológicas do IBGE sugerem a possibilidade da análise do investimento na indústria, como, por exemplo, o montante dispendido nos custos de operações industriais (COI) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004).

Também é sugerido que o indicador "renda média dos trabalhadores formais na área de atuação da SUDENE" seja incluído apenas na dimensão de resultado final, por refletir melhorias mais estruturais nas condições de remuneração e no nível de renda do trabalho na região. Por essa razão, optou-se por mantê-lo nesse componente e retirá-lo do nível de resultados intermediários para evitar duplicidade, ainda que o indicador seja conceitualmente pertinente para ambos os componentes do modelo lógico, dependendo do horizonte temporal de análise.

Por outro lado, o indicador "total de ocupados formais na área de atuação da SUDENE" faz mais sentido como resultado intermediário, por refletir a dinamização do mercado de trabalho decorrente da expansão das atividades econômicas incentivadas; por essa razão, optou-se por mantê-lo apenas nessa dimensão e retirá-lo do componente de resultados finais para evitar duplicidade, ainda que o indicador seja conceitualmente pertinente para ambos os níveis do modelo lógico, dependendo do horizonte temporal de análise.

Por fim, no tocante aos **Impactos**, foi apresentada uma alteração sugerida, voltada à definição do procedimento de agregação do "Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) para a área de atuação da SUDENE". Considerando que o IDHM é calculado em nível municipal, propomos,

[1] Informações sobre os pleitos de Incentivos e Benefícios Fiscais aprovados pela Sudene a partir do ano de 2011 até o presente exercício. Os dados são extraídos diariamente do Sistema de Incentivos e Benefícios Fiscais (SIBF). Disponível em: https://www.gov.br/sudene/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/incentivos-fiscais

como alternativa, utilizar a média ponderada do IDHM dos municípios pela população, permitindo representar de forma mais adequada o nível médio de desenvolvimento humano da região ao longo do tempo.

5. Considerações Finais

O desenvolvimento de um sistema de monitoramento baseado em indicadores e importante para o fortalecimento da gestão pública. Os indicadores funcionam como instrumentos que traduzem os objetivos institucionais em medidas observáveis e comparáveis, permitindo o acompanhamento sistemático das ações governamentais e de seus efeitos. Além disso, os indicadores cumprem um papel central na geração de evidências para subsidiar a tomada de decisão, o controle gerencial e a transparência perante a sociedade (Brasil, 2018).

Contudo, a presença de indicadores não garante um sistema de monitoramento eficaz (SCHANG; BLOTENBERG; BOYWITT, 2021; JANNUZZI, 2012). Para que cumpram sua finalidade, é necessário que estejam organizados em um sistema de medição de desempenho coerente, balanceado e alinhado aos objetivos estratégicos da política pública em análise. Isso implica não apenas em selecionar indicadores relevantes e viáveis, mas também em documentá-los de forma estruturada, clara e acessível. Nesse sentido, a tabela proposta neste produto pretende cumprir o papel de uma ficha de documentação do indicador, sistematizando informações essenciais sobre o indicador: definição, fórmula de cálculo, fonte de dados, periodicidade, metas, responsáveis, polaridade, série histórica e segmentações possíveis, entre outros aspectos.

A sistematização dos indicadores apresentada neste trabalho foi elaborada com o objetivo de identificar e estruturar métricas capazes de contribuir para o monitoramento e a avaliação da política pública de incentivos fiscais administrada pela SUDENE. Partindo dos indicadores originalmente discutidos e construídos nas oficinas colaborativas, buscou-se organizar, complementar e detalhar tecnicamente essas propostas, de modo a torná-las mais adequadas ao acompanhamento e à avaliação dos efeitos da política. Esse processo envolveu a revisão conceitual dos indicadores, a explicitação de critérios de mensuração e a definição de parâmetros que permitam sua utilização consistente em análises futuras.

A ficha de documentação dos indicadores, adaptada de Bahia (2021), foi utilizada como instrumento para sistematizar essas informações e aumentar a transparência metodológica na definição e utilização dos indicadores selecionados. Ao reunir elementos como definição, unidade de medida, fontes de dados e forma de cálculo, a ficha busca apoiar o uso dessas métricas por técnicos, gestores e avaliadores envolvidos no acompanhamento da política. Além disso, essa estrutura contribui para fortalecer a consistência analítica do monitoramento, facilitar a interpretação dos resultados e favorecer a continuidade das análises ao longo do tempo, ampliando as condições para avaliações mais robustas

sobre os efeitos da política de incentivos fiscais na área de atuação da SUDENE.

Além da organização e sistematização dos indicadores definidos nas oficinas preparatórias, o trabalho permitiu aprimorar a precisão conceitual e operacional de parte das métricas inicialmente propostas. As recomendações apresentadas concentraram-se principalmente em ajustes de nomenclatura, delimitação territorial e temporal dos indicadores e aprimoramentos metodológicos voltados à sua mensuração. Também foram realizados ajustes pontuais na matriz, incluindo a substituição de um indicador e a retirada de indicadores identificados como duplicados, com o objetivo de evitar redundâncias e fortalecer a consistência analítica do conjunto final de indicadores.

As modificações propostas nos indicadores podem representar um avanço relevante para o aprimoramento do sistema de monitoramento e avaliação da política pública de incentivos fiscais administrada pela SUDENE. Ao incorporar recomendações voltadas à explicitação de conceitos, à delimitação do universo de observação e à definição de procedimentos metodológicos de cálculo, os ajustes tendem a reduzir ambiguidades interpretativas e a tornar mais consistente o uso analítico dessas métricas. Esse movimento pode contribuir para ampliar a comparabilidade temporal e territorial dos indicadores, bem como para fortalecer a transparência na forma como os resultados são mensurados. Ao mesmo tempo, a necessidade de maior detalhamento conceitual e metodológico também evidencia a importância de aperfeiçoar rotinas institucionais de registro, organização e integração de dados administrativos e estatísticos, condição que pode influenciar diretamente a qualidade das análises produzidas.

Nesse contexto, a estruturação de um conjunto de indicadores mais claramente definidos pode ampliar as possibilidades de análise dos efeitos associados à política de incentivos fiscais, particularmente no que se refere à dinâmica produtiva regional, à distribuição setorial dos investimentos, à geração de emprego formal e às mudanças na estrutura econômica da área de atuação da SUDENE. A explicitação de critérios de classificação, bases estatísticas e métodos de agregação tende a favorecer a interpretação dos resultados observados e a identificação de padrões ou tendências ao longo do tempo. Dessa forma, as alterações sugeridas podem contribuir para qualificar o uso dos indicadores como instrumentos de apoio à análise e ao acompanhamento da política pública, ao mesmo tempo em que indicam a necessidade de continuidade no processo de aprimoramento metodológico e institucional que sustenta a produção dessas informações.

Outro resultado relevante do trabalho refere-se à avaliação da viabilidade de cálculo dos indicadores propostos, que evidenciou a necessidade de articulação institucional para acesso e integração de diferentes bases de dados administrativas e estatísticas, como registros da própria SUDENE, bases da RAIS e estatísticas do IBGE.

Durante o processo de identificação e análise dos indicadores, observou-se que parte das informações necessárias para a mensuração de alguns indicadores não se encontravam disponível

em bases de dados abertas ao público, embora tais dados tenham sido identificados em relatórios institucionais publicados pela própria SUDENE. Esse aspecto sugere que os dados existem e são utilizados internamente no processo de monitoramento da política pública, o que pode ser interpretado como um indicativo positivo de preocupação institucional com o acompanhamento das ações implementadas. No entanto, a ausência dessas informações em bases públicas pode representar uma limitação para pesquisadores, avaliadores e demais interessados que buscam analisar de forma independente a efetividade da política.

Nesse sentido, a eventual ampliação da disponibilidade pública dessas informações poderia contribuir para fortalecer a transparência e ampliar as possibilidades de avaliação da política pública de incentivos fiscais, favorecendo análises mais sistemáticas e comparáveis ao longo do tempo. Ressalta-se, contudo, que qualquer iniciativa nesse sentido deve observar as diretrizes estabelecidas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e demais normativas aplicáveis à gestão e divulgação de informações administrativas. Ainda assim, a publicização de dados agregados ou devidamente anonimizados pode representar um caminho relevante para ampliar o acesso às informações, estimular análises independentes e fortalecer os mecanismos de monitoramento e avaliação da política pública.

Em relação as fórmulas e interpretações proposta, essas foram elaboradas com base nos documentos públicos disponíveis e em referências presentes na literatura, sem acesso direto às bases de dados originais ou a documentações técnicas restritas. Por isso, as sugestões metodológicas apresentadas devem ser consideradas preliminares e dependem de validação posterior pelas áreas técnicas responsáveis pela extração e tratamento dos dados. Ressalta-se que a análise isolada dos indicadores, sem o devido entendimento dos fluxos operacionais e das particularidades dos sistemas envolvidos, pode levar a interpretações incorretas ou diagnósticos imprecisos.

Considerando o caráter exploratório e a rapidez na execução do estudo, recomenda-se cautela na leitura e interpretação dos resultados. As análises não contemplaram uma investigação aprofundada das especificidades das bases de dados utilizadas, sendo as sugestões metodológicas fundamentadas nos dicionários de dados, metadados e documentos de disseminação disponíveis. Além disso, o conjunto de indicadores proposto não pretende ser exaustivo. Novos estudos poderão complementar esta proposta, incorporando dimensões adicionais ou outros indicadores que favoreçam uma compreensão mais abrangente dos fenômenos em análise, incluindo aqueles apontados pela literatura especializada ou por outras fontes relevantes.

Referências Bibliográficas

BAHIA, L. O. *Guia referencial para construção e análise de indicadores*. Brasília: ENAP, 2021. E-book, 43 p. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6154>. Citado 2 vezes nas páginas 7 e 19.

BIRD, S. et al. Performance indicators: Good, bad, and ugly. *Journal of the Royal Statistical Society Series A: Statistics in Society*, v. 168, n. 1, p. 1–27, 2005. Citado na página 7.

Brasil. *Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963*. Brasília: [s.n.], 1963. Dispõe sobre incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências. Diário Oficial da União, 28 jun. 1963. Citado na página 5.

Brasil. *Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante*. Brasília: Casa Civil da Presidência da República; IPEA, 2018. v. 2. 301 p. Citado 5 vezes nas páginas 7, 8, 9, 14 e 19.

Brasil. *Lei nº 13.799, de 4 de janeiro de 2019*. Brasília: [s.n.], 2019. Altera a legislação relativa aos incentivos fiscais administrados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Diário Oficial da União, 7 jan. 2019. Citado na página 5.

Brasil. Presidência da República et al. *Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post*. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018. v. 2. 301 p. ISBN 978-85-85142-94-0. Citado 4 vezes nas páginas 7, 8, 9 e 11.

CARNEIRO, D. R. F. et al. Análises dos incentivos fiscais da sudene e seus impactos sobre o mercado de trabalho na região nordeste do brasil. *Cadernos de Finanças Públicas*, Brasília, v. 24, n. 1, p. 1–36, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/75878/1/2024_art_drfcarneiro.pdf>. Citado na página 5.

DECRAMER, S.; VANORMELINGEN, S. The effectiveness of investment subsidies: evidence from a regression discontinuity design. *Small Business Economics*, v. 47, p. 1007–1032, 2016. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11187-016-9749-2>. Citado na página 5.

GONçALVES, F. d. O.; ALMEIDA, A. T. C. d.; BARBOSA, G. d. S. Efetividade dos incentivos fiscais à indústria sobre o volume de empregos e a massa salarial: um estudo do fundo de apoio ao desenvolvimento industrial da paraíba. In: *XXIII Encontro Regional de Economia*. Fortaleza: ANPEC, 2017. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/45787/697829/Efetividade+dos+incentivos+fiscais+a+industria+sobre+o+volume+de+empregos+e+a+massa+salarial.pdf>. Citado na página 5.

HARGER, K.; ROSS, A. Do capital tax incentives attract new businesses? evidence across industries from the new markets tax credit. *Journal of Regional Science*, v. 56, n. 5, p. 733–753, 2016. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/jors.12286>. Citado na página 5.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa industrial anual: empresa*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 86 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv4178.pdf>. Citado na página 17.

JANNUZZI, P. d. M. *Indicadores Sociais na Formulação e Avaliação de Políticas Públicas*. 2012. Texto didático, 9 p. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2012.pdf>. Citado 2 vezes nas páginas 7 e 19.

LIU, Y.; MAO, J. How do tax incentives affect investment and productivity? firm-level evidence from china. *American Economic Journal: Economic Policy*, v. 11, n. 3, p. 261–291, 2019. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/pol.20170478>. Citado na página 5.

OLIVEIRA, T. G. d.; NETO, R. d. M. S. Incentivos fiscais territoriais ao desenvolvimento local: uma avaliação do programa de desenvolvimento do estado de pernambuco – prodepe. In: *XVIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (ENABER)*. [s.n.], 2020. Disponível em: <https://brsa.org.br/wp-content/uploads/wpcf7-submissions/1898/Paper_Prodepe_autores.pdf>. Citado na página 5.

SCHANG, L.; BLOTENBERG, I.; BOYWITT, D. What makes a good quality indicator set? a systematic review of criteria. *International Journal for Quality in Health Care*, v. 33, n. 3, 2021. Disponível em: <https://academic.oup.com/intqhc/article/33/3/mzab107/6324323>. Citado 2 vezes nas páginas 7 e 19.

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. *Manual de Instruções para a elaboração de pleitos de Incentivos e Benefícios Fiscais administrados pela SUDENE*. Recife, 2018. Disponível em: <http://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/manualdeincentivosfiscais-2018-completo-pdf>. Citado na página 6.

Apêndices

Tabela A. Descrição dos elementos da ficha catalográfica proposta

Elemento da Ficha Documental	Detalhamento
Componente do Modelo Lógico	Campo utilizado para classificação do indicador em relação a sua alocação nos componentes do modelo lógico da política
Dimensão	Campo utilizado para indicar a dimensão ou fenômeno que o indicador busca mensurar. Relaciona-se ao componente do modelo lógico da política
Indicador original e nome modificado	Redação dada ao indicador e modificação proposta pela equipe
Alterações Sugeridas	Campo utilizado para mapear as alterações sugeridas pela Equipe do Evidência Express na investigação sobre a viabilidade de mensuração do indicador a partir do material elaborado pelas equipes avaliadora e gestora do programa nas oficinas de definição do modelo lógico da política
Descrição	Campo utilizado para descrever o objetivo do indicador e eventuais pontos de atenção a serem considerados em sua interpretação
Fonte de Dados	Campo utilizado para indicar a fonte ou origem de dados sugerida para requisição ou coleta de dados para o cálculo do indicador
Apuração	Campo utilizado para descrever a frequência sugerida de apuração do indicador
Polaridade	Campo utilizado para indicar o sentido esperado da variação do indicador. Dividido em: “quanto maior, melhor”, “quanto maior, pior” e não se aplica (utilizado quando o indicador não possui uma polaridade definida)
Fórmula de Cálculo	Campo utilizado para descrever a forma de cálculo sugerida do indicador
Interpretação do Indicador	Campo utilizado para orientar a interpretação do resultado calculado do indicador
Acesso aos Dados	Campo utilizado para apontar a facilidade de acesso aos dados necessários à verificação do indicador. Divide-se em: “Livre Acesso” – quando os dados de medição são públicos; “Interno” – quando os dados são originados de sistemas ou processos internos da organização gestora da política e “Limitada/Restrita” – quando há barreiras ou restrições de acesso aos dados para mensuração (ex: sistemas externos de acesso controlado ou necessidade de certificação ou habilitação para realizar esse acesso).
Comparabilidade	Campo utilizado para registrar sugestões de segmentações, recortes e comparações para o acompanhamento do indicador, decomposição de seu resultado ou realização de comparações de interesse

Fonte: elaborado pelos autores a partir de Bahia (2025).

Apêndice II

Tabela B. Lista de indicadores propostos por componente do modelo lógico, dimensão, ID, indicador original e modificado, alterações sugeridas e descrição do indicador.

Dimensão	ID	Indicador Original	Indicador Modificado	Alterações Sugeridas	Descrição
ATIVIDADES					
Analisar tecnicamente os projetos de investimento	1	Número de Pleitos Analisados	Número de Pleitos de Incentivos Fiscais Analisados.	Mudança na nomenclatura e Complementação dos campos	Registra o total de pleitos de incentivos fiscais analisados no período, representando o esforço operacional da SUDENE.
Analisar tecnicamente os projetos de investimento	2	Número de Vistorias Realizadas	-	Complementação dos campos	Mede a quantidade de vistorias técnicas realizadas para subsidiar a análise técnica do pleito.
Selecionar os projetos elegíveis	3	Percentual de Pleitos de Incentivos Analisados e Aprovado	Percentual de Pleitos de Incentivos Fiscais Aprovados	Mudança na nomenclatura e Complementação dos campos.	Mede a proporção de pleitos de incentivos fiscais analisados e aprovados, indicando o desempenho do processo decisório da SUDENE.
Monitorar obrigações legalmente previstas	4	Número de Empresas Acompanhadas após a Concessão de Incentivos	Percentual de Empresas Beneficiárias Acompanhadas após a Concessão de Incentivos Fiscais	Mudança na nomenclatura e Complementação dos campos	Mensura o percentual de cobertura do monitoramento da Sudene em relação ao total de empresas que recebem incentivos fiscais.

Dimensão	ID	Indicador Original	Indicador Modificado	Alterações Sugeridas	Descrição
PRODUTOS					
Projetos produtivos incentivados na região Nordeste	5	Total de Incentivos Concedidos por modalidade	Total de incentivos fiscais concedidos por modalidade	Mudança na nomenclatura e Complementação dos campos	Quantifica o número total de incentivos fiscais concedidos pela SUDENE no período, refletindo o volume de projetos apoiados.
Projetos produtivos incentivados na região Nordeste	6	Índice de Interiorização dos Incentivos Fiscais	-	Complementação dos campos	Mede a proporção de municípios do interior alcançados pelos incentivos fiscais em relação ao total de municípios do interior. Para o cálculo do indicador, deve-se considerar municípios do interior, todos os municípios da região, exceto capitais estaduais e regiões metropolitanas.
Laudos constitutivos emitidos	7	Nº de laudos constitutivos emitidos	Número de Laudos Constitutivos Emitidos	Complementação dos campos	Mede o número de laudos emitidos.
Atos declaratórios publicados	8	Nº de Atos declaratórios publicado	Número de Atos Declaratórios Publicados	Complementação dos campos	Mede o número de atos declaratórios publicados pela RFB
Manutenção dos incentivos fiscais aprovados	9	Percentual de empresas com incentivos fiscais mantidos	Percentual de Empresas Beneficiárias com Incentivos Fiscais Mantidos.	Complementação dos campos	Mede o percentual de empresas beneficiárias que mantiveram, no ciclo analisado, as condições para usufruto do incentivo fiscal após a concessão em ciclo anterior.
RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS					
Dinamização do mercado de trabalho regional	10	Número de Ocupados Formais	Total de Ocupados Formais na Área de Atuação da Sudene	Complementação dos campos	Quantifica o total de trabalhadores com vínculo formal na região, refletindo a dinamização do mercado de trabalho regional

Dimensão	ID	Indicador Original	Indicador Modificado	Alterações Sugeridas	Descrição
Dinamização do mercado de trabalho regional	11	Exclusão: Sobreposição com o indicador 19.			
Diversificação inicial de setores produtivos na região	12	Distribuição Percentual dos Incentivos Fiscais por Segmento Empresarial	Distribuição Percentual dos Incentivos Fiscais por Setor Econômico	Mudança na nomenclatura e Complementação dos campos	Expressa a proporção dos incentivos fiscais concedidos a cada setor em relação ao total, evidenciando a concentração ou diversificação setorial.
Intensificação tecnológica dos empreendimentos incentivados	13	Proporção de Incentivos Voltados à Modernização Tecnológica	Proporção de Incentivos Fiscais Destinados à Modernização Tecnológica	Mudança na nomenclatura e Complementação dos campos	Mede a participação dos incentivos e investimentos destinados à modernização tecnológica no total de incentivos concedidos, indicando o grau de estímulo à inovação e atualização tecnológica dos empreendimentos incentivados. Para a classificação, adotou-se a variável tipos de projetos "Modernização" e "Complementação Equipamentos", da base de dados SIBF.
RESULTADOS FINAIS					
Aumento da produtividade média do trabalho na região	14	Produtividade Média na Região	Produtividade Média do Trabalho na Área de Atuação da Sudene	Mudança na nomenclatura e Complementação dos campos	Mede a produtividade média do trabalho na região a partir da relação entre o valor da produção econômica e o volume de trabalho utilizado, refletindo a eficiência média da utilização da força de trabalho na economia regional.
Aumento da produtividade média do trabalho na região	15	Produtividade Média por Grande Setor na Região	Produtividade Média do Trabalho por Grande Setor Econômico na Área de Atuação da Sudene	Mudança na nomenclatura e Complementação dos campos	Mede a produtividade do trabalho por setor econômico, relacionando valor adicionado bruto e horas trabalhadas.

Dimensão	ID	Indicador Original	Indicador Modificado	Alterações Sugeridas	Descrição
Aumento de industrialização e da diversidade produtiva na região	16	Participação da indústria no VAB regional	Participação da Indústria no Valor Adicionado Bruto da Área de Atuação da Sudene	Mudança na nomenclatura e Complementação dos campos	Mede o peso relativo da indústria na geração de valor da economia regional.
Aumento de industrialização e da diversidade produtiva na região	17	Índice de Diversidade Produtiva	Índice de Diversidade Produtiva da Área de Atuação da Sudene	Mudança na nomenclatura e Complementação dos campos	Mede o grau de diversificação da estrutura produtiva regional em relação à distribuição das atividades econômicas, permitindo avaliar o nível de concentração ou diversificação entre os diferentes setores da economia. $HHI = \Sigma(pi)^2$ Sendo pi a proporção relativa do emprego em determinado setor pela classificação da RAIS
Elevação do investimento privado na região	18	Taxa de investimento industrial	Taxa de Investimento Industrial na Área de Atuação da Sudene	Complementação dos campos	Mede o investimento privado industrial por meio da aquisição de ativos tangíveis, com base nos microdados da PIA – Empresa. Ver indicador COI (custos de operações industriais).
Elevação dos níveis de emprego e renda na região	19	Renda Média dos Ocupados Formais	Renda Média dos Ocupados Formais na Área de Atuação da Sudene	Complementação dos campos	Mede a renda média dos trabalhadores formais, refletindo a evolução da remuneração do emprego formal.
Elevação dos níveis de emprego e renda na região	20	Exclusão: Sobreposição com o indicador 10.			

Dimensão	ID	Indicador Original	Indicador Modificado	Alterações Sugeridas	Descrição
IMPACTOS					
Redução das desigualdades inter-regionais	21	Participação do PIB da Área de Atuação da SUDENE no PIB Nacional	-	Complementação dos campos	Mede a participação relativa da economia da área de atuação da SUDENE no total do Produto Interno Bruto do Brasil, indicando a relevância econômica da região e sua evolução em relação ao conjunto da economia nacional.
Crescimento e desenvolvimento econômico-social da região Nordeste	22	Taxa de Crescimento do PIB per capita	Taxa de Crescimento do PIB per capita na Área de Atuação da Sudene	Complementação dos campos	Mede a variação percentual do PIB per capita ao longo do tempo, indicando dinamismo econômico
Melhoria da qualidade de vida da população na região Nordeste	23	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Área de Atuação da Sudene	Complementação dos campos	Avalia o desenvolvimento humano municipal a partir de renda, educação e longevidade. Considerando os municípios da área de atuação da SUDENE, podendo utilizar média ponderada ou análise comparativa entre municípios.

Fonte: elaboração própria com base nas discussões documentadas de oficinas, materiais compartilhados, metadados e dicionários de dados das bases de dados listadas.

Tabela C. Indicadores propostos por fontes de dados, periodicidade de apuração, polaridade, fórmula de cálculo, comentários para a interpretação do indicador e critérios de comparabilidade oferecidos pelas fontes.

ID	Nome Modificado	Fonte de Dados	Apuração	Polaridade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador	Acesso aos dados	Comparabilidade
				ATIVIDADES				
1	Número de Pleitos de Incentivos Fiscais Analisados.	SIBF/ SUDENE	Anual	Quanto maior, melhor.	Contagem do número total de pleitos de incentivos fiscais submetidos e analisados pela Sudene, no período de referência.	Valores mais elevados indicam maior volume de análise técnica de projetos de investimento, refletindo maior atividade operacional do processo de concessão de incentivos fiscais. A análise temporal pode evidenciar sazonalidades e priorização da etapa.	Livre acesso. Disponíveis em: https://sibf.sudene.gov.br/dados_abertos/pleitos.csv	Ano; modalidade de incentivo fiscal; setor econômico do empreendimento; UF/Município da área de atuação da Sudene; resultado da análise (aprovado ou indeferido).
2	Percentual de Pleitos de Incentivos Fiscais Aprovados	SIBF/ SUDENE	Anual	Quanto maior, melhor.	Razão entre o número de pleitos de incentivos fiscais aprovados e o total de pleitos submetidos e analisados no período, multiplicado por 100.	Indica a proporção de pleitos analisados que foram considerados elegíveis para receber incentivos fiscais, refletindo o resultado do processo de análise técnica e decisão institucional.	Livre acesso. Disponíveis em: https://sibf.sudene.gov.br/dados_abertos/pleitos.csv	Ano; modalidade de incentivo fiscal; setor econômico; UF/Município da área de atuação da Sudene; e por porte do empreendimento.
3	Número de Vistorias Realizadas	SIBF/ SUDENE	Anual	Quanto maior, melhor.	Contagem do número total de vistorias técnicas realizadas pela Sudene no período de referência.	Valores mais altos podem indicar maior esforço para realização de vistorias pela SUDENE para verificação das informações dos pleitos e subsídio à análise técnica dos incentivos fiscais.	Interno. Dados desagregados não estão disponíveis para o público em geral.	Ano; UF/Município da área de atuação da Sudene; setor econômico do empreendimento; e modalidade de incentivo fiscal

ID	Nome Modificado	Fonte de Dados	Apuração	Polaridade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador	Acesso aos dados	Comparabilidade
4	Percentual de Empresas Beneficiárias acompanhadas após a Concessão de Incentivos Fiscais	SIBF/ SUDENE	Anual	Quanto maior, melhor.	Razão entre o número de empresas beneficiárias acompanhadas após a concessão do incentivo fiscal e o total de empresas beneficiárias com incentivos vigentes no período, multiplicada por 100.	Valores mais elevados indicam maior intensidade das atividades de monitoramento e acompanhamento das empresas beneficiárias após a concessão do incentivo fiscal.	Interno. Não foram localizadas informações públicas sobre o tema.	Ano; UF/Município da área de atuação da Sudene; setor econômico do empreendimento; e modalidade de incentivo fiscal
					PRODUTOS			
5	Total de incentivos fiscais concedidos por modalidade	SIBF/ SUDENE	Anual	Quanto maior, melhor.	Contagem do número de incentivos fiscais concedidos pela Sudene, em determinado período, classificados segundo cada modalidade de incentivo fiscal.	O indicador expressa o volume de incentivos fiscais concedidos pela política, em determinado período, permitindo analisar a execução da política e a distribuição das concessões entre diferentes modalidades de incentivo.	Livre acesso. Disponíveis em: https://sibf.sudene.gov.br/dados_abertos/pleitos.csv	Modalidade de incentivo fiscal; setor econômico; UF/Município; ano de concessão e tipo de empreendimento beneficiado
6	Índice de Interiorização dos Incentivos Fiscais	SIBF/ SUDENE.	Anual	Quanto maior, melhor.	Razão entre o número de municípios de interior na região nordeste que receberam incentivos fiscais e o total de municípios de interior da área de atuação da Sudene, multiplicado por 100.	Valores mais altos indicam maior interiorização dos incentivos fiscais, enquanto valores mais baixos indicam maior concentração dos incentivos em capitais ou polos econômicos.	Livre acesso. Disponíveis em: https://sibf.sudene.gov.br/dados_abertos/pleitos.csv	UF/Município Sudene; setor econômico; modalidade de incentivo fiscal; porte do empreendimento e graus de hierarquia urbana (IBGE)[2].

[2] Hierarquia urbana - IBGE: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/23701-divisao-territorial-brasileira.html?=&t=downloads&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=codmun

ID	Nome Modificado	Fonte de Dados	Apuração	Polaridade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador	Acesso aos dados	Comparabilidade
7	Número de Laudos Constitutivos Emitidos	SIBF/ SUDENE	Anual	Quanto maior, melhor.	Contagem do número total de laudos constitutivos emitidos pela Sudene no período de referência.	Valores mais altos indicam maior volume de formalização administrativa de incentivos fiscais concedidos, refletindo a intensidade da atividade institucional relacionada à concessão de benefícios.	Livre acesso. Disponíveis em: https://sibf.sudene.gov.br/dados_abertos/pleitos.csv	Ano; UF/Município da área de atuação da Sudene; setor econômico do empreendimento e modalidade de incentivo fiscal.
8	Número de Atos Declaratórios Publicados	Registros administrativos da Receita Federal do Brasil (RBF) SIBF/ SUDENE	Anual	Quanto maior, melhor.	Contagem do número total de atos declaratórios publicados pela Receita Federal no período de referência.	Valores mais elevados indicam maior volume de formalização administrativa dos incentivos fiscais concedidos, refletindo a operacionalização da política.	Livre acesso. Disponíveis em: https://sibf.sudene.gov.br/dados_abertos/pleitos.csv	Ano; UF/Município da área de atuação da Sudene; setor econômico do empreendimento e modalidade de incentivo fiscal.
9	Percentual de Empresas Beneficiárias com Incentivos Fiscais Mantidos.	Registros administrativos da Sudene e da RFB SIBF/ SUDENE	Anual	Quanto maior, melhor.	Razão entre o número de empresas que tiveram seus incentivos fiscais mantidos por mais um ciclo e o total de empresas que receberam incentivos fiscais no período de análise, multiplicado por 100.	Indica a proporção de empresas beneficiárias que continuam aptas a usufruir dos incentivos fiscais após a concessão, refletindo o grau de conformidade com as regras do programa.	Interno. Não foram localizadas informações públicas sobre o tema.	Ano; modalidade de incentivo fiscal; setor econômico; por UF/Município da Sudene; e porte da empresa beneficiária.
					RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS			
10	Total de Ocupados Formais na Área de Atuação da Sudene	RAIS (Ano; Vínculo Ativo, UF, IBGE Gr Setor) PNAD Contínua / IBGE	Anual	Quanto maior, melhor.	Soma de todos os trabalhadores com vínculo formal de emprego ativo registrados na RAIS nos municípios da área de atuação da Sudene, no período de referência.	Valores mais elevados podem indicar maior geração e dinamização do emprego formal na área de atuação da Sudene.	Livre acesso.	Ano; modalidade de incentivo fiscal; setor econômico; por UF/Município da Sudene; e porte da empresa beneficiária.

ID	Nome Modificado	Fonte de Dados	Apuração	Polaridade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador	Acesso aos dados	Comparabilidade
11	Renda Média dos Trabalhadores Formais na Área de Atuação da Sudene	Exclusão: Sobreposição com o indicador 19.						
12	Distribuição Percentual dos Incentivos Fiscais por Setor Econômico	Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) / MTE SIBF/ SUDENE	Anual	Não se aplica	Razão entre o total de incentivos fiscais concedidos a um determinado segmento empresarial e o total de incentivos fiscais concedidos no período, multiplicada por 100.	Quanto maior for o percentual da distribuição dos incentivos por segmento, maior será a concentração da distribuição dos incentivos naquele segmento empresarial	Livre acesso. Disponíveis em: https://sibf.sudene.gov.br/dados_abertos/pleitos.csv	Ano; modalidade de incentivo fiscal; setor econômico; por UF/Município da área de atuação da Sudene; e porte da empresa beneficiária.
13	Proporção de Incentivos Fiscais Destinados à Modernização Tecnológica	SIBF/ SUDENE	Anual	Quanto maior, melhor.	Soma de incentivos fiscais destinados a projetos de modernização tecnológica ("Modernização" e "Complementação Equipamentos") dividido pelo total de incentivos fiscais concedidos no período, multiplicada por 100.	Maiores percentuais alocados de incentivos alocados à modernização tecnológica indicam maiores aportes em equipamentos.	Livre acesso. Disponíveis em: https://sibf.sudene.gov.br/dados_abertos/pleitos.csv	Ano; modalidade de incentivo fiscal; setor econômico; por UF/Município da área de atuação da Sudene; porte da empresa beneficiária; e tipo de incentivo/investimento.
					RESULTADOS FINAIS			
14	Produtividade Média do Trabalho na Área de Atuação da Sudene	PIB dos municípios e PNADC / IBGE	Anual	Quanto maior, melhor.	Razão entre o Produto Interno Bruto da região e a média total de horas trabalhadas pelos ocupados, no período de referência.	Valores mais elevados indicam maior eficiência econômica do trabalho na região, refletindo maior geração de valor por hora trabalhada.	Livre acesso.	Ano; modalidade de incentivo fiscal; setor econômico; por UF/Município da área de atuação da Sudene; e porte da empresa beneficiária.

ID	Nome Modificado	Fonte de Dados	Apuração	Polaridade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador	Acesso aos dados	Comparabilidade
15	Produtividade Média do Trabalho por Grande Setor Econômico na Área de Atuação da Sudene	PIB dos municípios e PNADC / IBGE.	Anual (até 2021)	Quanto maior, melhor.	Razão entre o valor adicionado bruto do setor na região e o total de horas trabalhadas pelos ocupados nesse setor, no período de referência.	Quanto maior for o resultado da divisão, maior será a produtividade medida pelo VAB do setor.	Livre acesso.	Ano; modalidade de incentivo fiscal; setor econômico; por UF/Município da área de atuação da Sudene; e porte da empresa beneficiária.
16	Participação da Indústria no Valor Adicionado Bruto da Área de Atuação da Sudene	IBGE/ Sistemas de contas Regionais	Anual	Quanto maior, melhor.	Razão entre o valor adicionado bruto da indústria na região e o valor adicionado bruto total da economia regional no período de referência, multiplicada por 100. % do VAB da Indústria = VAB Indústria/VABTotal (PIB)	Valores mais elevados indicam maior participação da indústria na economia regional, sugerindo maior grau de industrialização da estrutura produtiva.	Livre acesso.	Ano; modalidade de incentivo fiscal; setor econômico; por UF/Município da área de atuação da Sudene; e porte da empresa beneficiária
17	Índice de Diversidade Produtiva da Área de Atuação da Sudene	RAIS (cálculo próprio).	Anual	Quanto maior, melhor.	Índice de Hirschman-Herfindahl (IHH): Soma dos quadrados dos "market shares"[3] das empresas da área de atuação da SUDENE. Corresponde a uma medida de diversidade calculada a partir da distribuição do emprego formal entre os diferentes setores econômicos da região, refletindo o grau de concentração ou dispersão das atividades produtivas.	Quanto maior for o índice de diversidade produtiva (ou menor a concentração), maior será o grau de diversificação da produção local em relação à produção nacional.	Livre acesso.	Ano; modalidade de incentivo fiscal; setor econômico; por UF/Município da área de atuação da Sudene; e porte da empresa beneficiária.

[3] **Referência de cálculo:** https://cdn.cade.gov.br/Portal/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-do-cade/guia-para-analise-de-atos-de-concentracao-horizontal.pdf

ID	Nome Modificado	Fonte de Dados	Apuração	Polaridade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador	Acesso aos dados	Comparabilidade
18	Taxa de Investimento Industrial na Área de Atuação da Sudene	Pesquisa Industrial Anual / IBGE.	Anual	Quanto maior, melhor.	Razão entre o total de investimentos industriais realizados em ativos tangíveis e o valor da produção industrial ou do valor adicionado da indústria, no período de referência.	Valores mais elevados indicam maior dinamismo do investimento industrial e expansão da capacidade produtiva da indústria na região.	Limitada/ Restrita Articulações para acesso aos microdados são necessárias	Ano; modalidade de incentivo fiscal; setor econômico; por UF/Município da área de atuação da Sudene; e porte da empresa beneficiária.
19	Renda Média dos Ocupados Formais na Área de Atuação da Sudene	RAIS (Ano; Vínculo Ativo, UF, IBGE Gr Setor) PNAD Contínua / IBGE	Anual	Quanto maior, melhor.	Razão entre a soma das remunerações dos trabalhadores com vínculo formal e o total de trabalhadores formais na região no período de referência.	O indicador se refere ao salário médio. Quanto maior for o rendimento médio, maior é o aumento da remuneração dos trabalhadores por grande setor. Observação: por se tratar de uma média, a variação na frequência pode afetar inversamente o valor do rendimento médio.	Livre acesso.	Ano; modalidade de incentivo fiscal; setor econômico; por UF/Município da área de atuação da Sudene; e porte da empresa beneficiária.
20	Total de Ocupados Formais na Área de Atuação da Sudene	Exclusão: Sobreposição com o indicador 10.						

ID	Nome Modificado	Fonte de Dados	Apuração	Polaridade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador	Acesso aos dados	Comparabilidade
				IMPACTOS				
21	Participação do PIB da Área de Atuação da Sudene no PIB Nacional	IBGE/Sistemas de Contas Regionais	Anual	Quanto maior, melhor.	Razão entre o PIB agregado dos municípios da área de atuação da Sudene e o PIB total do Brasil no período de referência, multiplicada por 100.	Valores mais elevados indicam maior participação da economia da região da Sudene no conjunto da economia nacional, sugerindo redução relativa das desigualdades regionais.	Livre acesso.	Ano; modalidade de incentivo fiscal; setor econômico; por estado da área de atuação da Sudene; e porte da empresa beneficiária.
22	Taxa de Crescimento do PIB per capita na Área de Atuação da Sudene	IBGE/Censo	Decenal, conforme a periodicidade da fonte.	Quanto maior, melhor.	Variação percentual do PIB per capita entre dois períodos consecutivos. Taxa de Crescimento do PIB per capita = Variação do PIB per capita da região ((PIB per capita t) - (PIB per capita t-1)/ PIB per capita t-1	Valores positivos indicam crescimento da renda média da população na região, enquanto valores negativos indicam retração da atividade econômica.	Limitada/ Restrita Anos mais recentes ainda indisponíveis.	Ano; modalidade de incentivo fiscal; setor econômico; por estado da área de atuação da Sudene; e porte da empresa beneficiária.
23	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Área de Atuação da Sudene	IBGE / PNUD	Anual (entre 2012-2021)	Quanto maior, melhor.	Corresponde à média geométrica dos índices de renda, educação e longevidade calculados para cada município.	Por ser um índice, varia de 0 a 1 sendo o valor 1 um indicativo de maior desenvolvimento humano.	Livre acesso.	Ano; modalidade de incentivo fiscal; setor econômico; por UF/Município da área de atuação da Sudene; e porte da empresa beneficiária.

Fonte: elaboração própria com base nas discussões documentadas de oficinas, materiais compartilhados, metadados e dicionários de dados das bases de dados listadas.